

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras (controladora e
consolidado)
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	6
Balancos patrimoniais (controladora e consolidado)	10
Demonstrações dos resultados (controladora e consolidado)	11
Demonstrações dos resultados abrangentes (controladora e consolidado)	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	13
Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)	14
Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	16

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

O acionista majoritário da Companhia é a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") com 99,9% de participação.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Aumento de Capital

Nos dias 4 de julho e 4 de setembro de 2018 os acionistas integralizaram (conforme suas participações), a quantia de R\$10 e R\$90. Após essas integralizações, o capital subscrito da Companhia foi totalmente integralizado.

Em 7 de dezembro de 2018 a Companhia emitiu novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor total de R\$ 530.552. Desse total, R\$ 85.500 foram para aumento de capital e o restante foram destinados para a conta de outras reservas de capital.

A Celeo adquiriu essas novas ações e em contrapartida transferiu o controle das empresas LT Triângulo ("Triângulo") e Vila do Conde Transmissora de Energia ("Vila do Conde").

(b) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria "B" perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria "B".

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão das controladas no exercício de 2018 foi de 99,97% na Vila do Conde e 100% na Triângulo (99% e 99,98%, respectivamente, no exercício de 2017).

(d) Emissão de Debêntures

A Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 565.000 com vencimento em 15 de novembro de 2023.

(e) Contratos de Mútuo

A Companhia firmou contratos de mútuo com as suas controladas no valor total de R\$ 179.500, que serão recebidos em 48 parcelas, com atualização de juros de 3% ao ano indexado 100% ao certificado de depósito bancário (CDI).

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

(b) Conselho fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

(c) Conselho de administração

O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros efetivos para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios e para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2018.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 26 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período compreendido entre 26 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Nota 7.3 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo concessão e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes das controladas da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; eiii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período compreendido entre 26 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

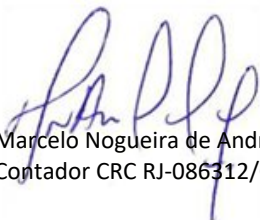
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanços patrimoniais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2018	Consolidado 2018
Caixa e equivalentes de caixa	9	111.817	117.767
Títulos e valores mobiliários	10	-	123.238
Concessionárias e permissionárias	12	-	18.502
Dividendos a receber		52.835	-
Ativo de contrato	13	-	157.848
Mútuo	14	44.875	-
Impostos e contribuições a recuperar		-	2.706
Outros ativos		-	17.894
Total do ativo circulante		209.527	437.955
Caixa restrito	11	60.400	60.400
Ativo de contrato	13	-	796.538
Mútuo	14	134.625	-
Total do realizável a longo prazo		195.025	856.938
Imobilizado e Intangível		-	8.998
Investimentos	15	673.035	-
Total do imobilizado + intangível + investimento		673.035	8.998
Total do ativo não circulante		868.060	865.936
Total do ativo		1.077.587	1.303.891
Fornecedores		105	1.147
Debêntures	16	56.439	56.439
Impostos e contribuições a recolher	17	54	17.000
PIS e COFINS diferidos	18	-	11.272
Dividendos a pagar	21 (c)	4.670	4.670
Adiantamento para futuro aumento de capital		200	200
Encargos setoriais		-	7.758
Contas a pagar	16	19.513	19.513
Outros passivos		-	6.443
Total do passivo circulante		80.981	124.442
Debêntures	16	485.910	485.910
PIS e COFINS DIFERIDOS	18	-	60.191
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	121.335
Outros passivos		-	1.317
Total do passivo não circulante		485.910	668.753
Total dos passivos		566.891	793.195
Capital social	21 (a)	85.600	85.600
Reserva de lucros	21 (b)	425.096	425.096
Total do patrimônio líquido		510.696	510.696
Total do passivo e patrimônio líquido		1.077.587	1.303.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2018	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	23	-	39.292
Pessoal		-	(834)
Material		-	(83)
Serviços de terceiros		-	(1.005)
Outros		-	(190)
Custos operacionais		-	(2.112)
Lucro bruto		-	37.180
Pessoal		-	(22)
Serviços de terceiros		(12)	(643)
Outros		(216)	(1.314)
Despesas operacionais		(228)	(1.979)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(228)	35.201
Receitas financeiras		38	516
Despesas financeiras		(1.194)	(2.840)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	24	(1.156)	(2.324)
Resultado de equivalência patrimonial	15	21.047	-
Resultado antes dos impostos		19.663	32.877
Corrente		-	(2.916)
Diferido		-	(10.298)
Imposto de renda e contribuição social	25	-	(13.214)
Lucro líquido do período		19.663	19.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Lucro líquido do período	19.663	19.663
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	19.663	19.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado										
	Nota	Capital Social			Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado						
Saldo em 26 de junho de 2018 (Constituição)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital em 26 de junho		100	(100)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 4 de julho		-	-	10	-	-	-	-	-	10
Integralização de capital em 4 de setembro		-	-	90	-	-	-	-	-	90
Aumento de capital com emissão de novas ações	21 (a)	-	-	85.500	-	-	-	-	-	85.500
Outras reservas de capital		-	-	-	462.983	-	-	-	-	462.983
Recuperação de ações	21 (a)	-	-	-	(210.000)	-	-	-	-	(210.000)
Reserva de lucros a realizar	21 (b)	-	-	-	-	-	157.120	-	-	157.120
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	19.663	19.663
Reserva Legal		-	-	-	-	983	-	-	(983)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(4.670)	(4.670)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	14.010	(14.010)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		100	(100)	85.600	252.983	983	157.120	14.010	-	510.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2018	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		19.663	19.663
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	10.298
- PIS e COFINS diferidos		-	2.335
- Equivalência	15	(21.047)	-
- Juros e correção monetária sobre financiamentos		1.194	2.840
- Ativo de contrato - remuneração	13	-	(97.658)
		(190)	(62.522)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		-	3.048
- Ativo de contrato		-	13.221
- Impostos e contribuições a recuperar		-	11.657
- Outros ativos		-	(2.777)
- Fornecedores		(3.500)	-
- Impostos e contribuições a recolher		54	(8.645)
- Encargos setoriais		-	475
- Outros passivos		67	(2.992)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(3.569)	(48.535)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(3.569)	(48.535)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito		(60.400)	(60.400)
Mútuo com as controladas	14	(179.500)	-
Caixa e equivalentes de caixa adquirido na transferência das controladas		86	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(239.814)	(60.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures	16	565.000	565.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		200	200
Recompra de ações próprias	21 (a)	(210.000)	(210.000)
Financiamentos - liquidação	14	-	(128.498)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		355.200	226.702
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		111.817	117.767
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		111.817	117.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado
	Nota	2018	2018
Receitas (1)		-	42.429
Ativo de contrato - remuneração e O&M	23	-	46.370
Parcela variável	23	-	(4.055)
Outras receitas	23	-	114
Insumos adquiridos de terceiros (2)		228	3.235
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		-	1.278
Despesas gerais, administrativas e outros		228	1.957
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		(228)	39.194
Depreciação e amortização (4)		-	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		(228)	39.194
Valor adicionado recebido em transferência (6)		21.085	516
Resultado de equivalência patrimonial	15	21.047	-
Receitas financeiras		38	516
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		20.857	39.710
Distribuição do valor adicionado		20.857	39.710
Pessoal		-	856
Impostos, taxas e contribuições		-	16.351
Juros		1.194	2.840
Lucro líquido do período		19.663	19.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (“Celeo”)

(a) Aumento de capital

Em 7 de dezembro de 2018 a Companhia emitiu novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor total de R\$ 530.552. Desse total, R\$ 85.500 foram para aumento de capital e o restante foi destinado para a conta de outras reservas de capital.

A Celeo adquiriu essas novas ações emitidas e em contrapartida transferiu para a Companhia o controle acionário das empresas LT Triângulo (“Triângulo”) e Vila do Conde Transmissora de Energia (“Vila do Conde”).

(b) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria “B” perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria “B”.

(c) Controladas

A Companhia possui 100% de participação nas empresas Triângulo e Vila do Conde.

As controladas (também definidas como “Grupo” quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos.

	Contrato de Concessão	Término do contrato	RAP ciclo 2017-2018	RAP ciclo 2018-2019	Redução da RAP	Indexador
Triângulo	004/2006	26/4/2036	110.574	113.730	Julho-2024	IPCA
Vila do Conde	003/2005	4/3/2034	74.706	77.890	Maior-2021	IGP-M

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foi autorizada pela diretoria em 18 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

6 Sazonalidade

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

7 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo estão descritas a seguir.

7.1 Base de consolidação

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia está reconhecendo o resultado referente ao mês de dezembro das controladas.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

7.2 Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

O Grupo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, o Grupo considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

iii.1 Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

iii.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iii.3 Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

7.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e o Grupo regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas empresas do Grupo.

De acordo com o contrato de concessão, o Grupo é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, o Grupo possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, o Grupo mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA (Triângulo) e do IGP-M (Vila do Conde).

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram o Grupo nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, o Grupo utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

7.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras (controladora e consolidado) tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração do Grupo.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

7.7 Provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A Provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido a imaterialidade do saldo, o Grupo não constituiu PPECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

7.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

	Vigente a partir de		
	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021
Normas e interpretações técnicas			
CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.	•		
IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	•		
Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).	•		
Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).	•		
Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).	•		
Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.	•		
Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.		•	
IFRS 17 Contratos de Seguros.			•

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação do CPC 06 (R2).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) não precisem ser fornecidas, o Grupo incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	Consolidado
		2018	2018
Conta corrente		58	135
Operações compromissadas	(a)	111.759	117.632
		111.817	117.767

- (a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Banco Itaú. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 61,4% com vencimento máximo de 3 meses.

10 Títulos e valores mobiliários

		Consolidado
		2018
CDB	(a)	101.404
Fundo de Investimento	(b)	18.840
Outras aplicações		2.994
		123.238

As aplicações financeiras foram proporcionadas principalmente pela emissão das debêntures pela Companhia.

- (a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 97,9% (98% em 2017) do DI com vencimento entre julho e dezembro de 2019.
- (b) Fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2018 foi de 6,07% (9,78% no exercício findo em 2017).

11 Caixa restrito (controladora)

Com a entrada do recurso proveniente da emissão das debêntures e como parte das garantias da operação, a Companhia constituiu o preenchimento das contas reservas no Banco Citibank, referentes as: (i) garantias de O&M (operação e manutenção) no valor de R\$ 5.050; e (ii) serviço da dívida no valor de R\$ 55.350, que será substituída por fiança bancária emitida por banco comercial considerado de primeira linha.

12 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado 2018
A vencer	15.166
Até 3 meses	197
De 3 a 6 meses	9
De 6 a 12 meses	70
Acima de 12 meses	3.060
	18.502

13 Ativo de contrato

	Consolidado 26/06/2018	Transferência do controle acionário	Remuneração do ativo de contrato	Recebimentos	Consolidado 2018
Triângulo	-	597.571	64.879	(8.380)	654.070
Vila do Conde	-	272.378	32.779	(4.841)	300.316
	-	869.949	97.658	(13.221)	954.386

	Consolidado 2018
Circulante	157.848
Não circulante	796.538
	954.386

14 Mútuo

No dia 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou contratos de mútuo com as suas controladas no valor total de R\$ 150.000 com a Triângulo e R\$ 29.500 com a Vila do Conde, que serão recebidos em 48 parcelas, com atualização de juros de 3% ao ano indexado 100% ao certificado de depósito bancário (CDI). Com o recurso do mútuo, as controladas quitaram integralmente os financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em dezembro a Triângulo liquidou o financiamento com o BNDES pagando um total de R\$ 128.498. A Vila do Conde liquidou o financiamento no mês de outubro, quando ainda estava sobre o controle acionário da Celeo.

15 Investimentos

	Consolidado 26/06/2018	Transferência do controle acionário	Equivalência Patrimonial	Consolidado 2018
Triângulo	-	384.604	13.286	397.890
Vila do Conde	-	267.384	7.761	275.145
	-	651.988	21.047	673.035

O controle acionárias ocorreu em dezembro de 2018, e a Companhia só está consolidando um mês do resultado das controladas.

A seguir estão as informações financeiras resumidas das controladas da Companhia.

	Triângulo	Vila do Conde
Ativo circulante	195.158	130.980
Ativo não circulante	560.803	244.733
Passivo circulante	103.126	38.044
Passivo não circulante	254.945	62.524
Patrimônio líquido	397.890	275.145
Lucro líquido do exercício	42.594	37.871

16 Debêntures

		Controladora e Consolidado 26/06/2018	Captação	Juros e custos emissão	Controladora e Consolidado 2018
Debêntures	(a)	-	565.000	406	565.406
Custos	(b)	-	(23.068)	10	(23.057)

		-	541.932	416	542.349
--	--	---	---------	-----	---------

	Controladora e Consolidado 2018
--	------------------------------------

Circulante	56.439
Não circulante	485.910

	542.349
--	---------

- (a) A Companhia emitiu debêntures no dia 18 de dezembro de 2018 destinados ao pagamento integral dos financiamentos vigentes nas controladas, realização de contratos de mútuos intercompany e distribuição de recursos para a controladora da Companhia. O valor total captado foi de R\$ 565.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 24 de dezembro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros CDI + 0,75% ao ano. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de maio de 2023.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro, de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de maio de 2023.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Controladora e Consolidado 2018
Em 2020	61.020
Em 2021	106.223
Em 2022	106.223
Em 2023	106.223
A partir de 2024	106.223
	485.910

- (b) Custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. O custo total para a captação das debêntures será de R\$ 23.067. Em 31 de dezembro de 2018 foram pagos R\$ 3.554, restando um saldo a pagar de R\$ 19.513.

17 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado 2018
Imposto de renda	9.241
Contribuição social	2.440
Outros	5.319
	17.000

18 PIS e COFINS diferidos

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado 2018
Imposto de renda	89.217
Contribuição social	32.118
	121.335

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

20 Passivos contingentes

O Grupo não possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2018.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

No dia 7 de dezembro, foi aprovado a emissão de 769.340.609 novas ações ordinárias da Companhia.

No mês de dezembro a Companhia realizou recompra de 304.515.530 ações, pagando o valor de R\$ 210.000.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 464.925.079 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	Quantidade de ações
	2018
Celeo Redes Brasil S.A.	85.599
José Angel Lostao Unzo	1
	85.600

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

ii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFR 15 nas controladas.

iv. Outras reservas de capital

Refere-se ao à transferência do controle acionárias da Triângulo e da Vila do Conde pela Celeo para a Companhia.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

22 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

		Controladora e Consolidado
Lucro líquido do exercício		19.663
Média ponderada das ações emitidas	(a)	769.441
		0,03

(a) Quantidade em lotes de 1.000 ações.

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

23 Receita operacional líquida

	Consolidado 2018
Ativo de contrato - remuneração e O&M	46.370
Parcela variável	(4.055)
Outras Receitas	114
Receita bruta	42.429
PIS e COFINS correntes	(717)
Pis e COFINS diferidos	(2.335)
Encargos setoriais	(85)
Deduções da receita	(3.137)
	39.292

24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora 2018	Consolidado 2018
Rendimento de aplicação financeira	38	516
Receitas financeiras	38	516
Juros do financiamento e debêntures	(1.194)	(2.840)
Despesas financeiras	(1.194)	(2.840)
	(1.156)	(2.324)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado 2018
Resultado antes dos impostos	32.877
(Despesa) benefício de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(11.178)
(Adições) exclusões	(2.036)
(Despesa) benefício de IR e CS à alíquota efetiva	(13.214)
Alíquota efetiva	40%

26 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 **Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 **Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. **Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

Consolidado					
	2018	Risco	Cenários		
			(i)	(ii)	(iii)
Aplicações financeiras	240.871	Redução do CDI	15.657	11.742	7.828
Debêntures	542.349	Aumento do IPCA	21.477	16.108	10.739
Controladora					
	2018	Risco	Cenários		
			(i)	(ii)	(iii)
Aplicações financeiras	111.760	Redução do CDI	7.264	5.448	3.632

* fonte: relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018 publicado no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e IPCA para o cenário provável (6,5% e 3,96%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2019.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

27 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 105.849 para danos materiais e R\$ 327 para responsabilidade civil.

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Luiz Carlos Leite
Diretor relação com investidores

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8